



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

#### 1.1 TÍTULO DO PROJETO:

*Diagnóstico para o Desenvolvimento Econômico do Acre*

#### 1.2 OBJETO:

Realização de um amplo diagnóstico para o Planejamento da Economia do Estado do Acre, levando em consideração seus desafios, problemas e potencialidades, permitindo o estabelecimento dos objetivos de desenvolvimento factíveis para os próximos anos, tendo em mente o fomento e apoio ao crescimento econômico, ao progresso e à geração de trabalho e renda, com respeito à preservação do meio ambiente e sem negligenciar as pessoas e o bem-estar dos acreanos.

Dentre os objetivos principais do **Diagnóstico para o Desenvolvimento Econômico do Acre: Meio ambiente e economia** está o fornecimento de dados estratégicos para o cumprimento dos principais objetivos e ações do **Programa de Conservação da Sociobiodiversidade do Estado do Acre**, instituído na Lei 2.308/2010 e alterações da Lei 3.462/2018, além da garantia da incorporação dos resultados do estudo nos próximos Programas Plurianuais (PPAs) do Estado, servindo a presente proposta como documento de orientação para o Governo do Acre nos anos seguintes, com vistas ao planejamento de médio e longo prazos.

A propósito, a Lei nº 3.589, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado do Acre, para o quadriênio 2020-2023, define o PPA como instrumento de planejamento governamental com diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores, com o propósito de viabilizar a implantação e a gestão de políticas públicas. Nesse contexto, insere-se o Programa em apreço, com o objetivo de promover a conservação, a valorização e a valoração dos ecossistemas e seus componentes e das interações desse com o ser humano, por meio de suas expressões culturais, visando assegurar o desenvolvimento sustentável, de forma a garantir a melhoria da qualidade de vida dos acreanos.

O produto final estabelecerá como sugestões ao Governo Estadual, aos municípios e sociedade em geral métodos, objetivos, metas e formas de gestão consistentes para o alcance do crescimento econômico e atenderá ao cumprimento dos principais objetivos do Programa supracitado, em comunhão com as diretrizes de: gestão responsável e transparente; segurança e bem-estar; economia forte e diversificada; e infraestrutura regional integrada, enunciadas no PPA 2020-2023.

#### 1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

##### Amazônia

A Amazônia brasileira é uma região estratégica para o país. E como tal deve ser incorporada a um projeto nacional de desenvolvimento. Não pode ser vista como fonte de problemas ou vazio demográfico. É terra de oportunidades e investimentos, uma nova fronteira econômica para o Brasil.

A atual área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá,



Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. Sua população corresponde a 12,83% do total de habitantes do Brasil, 23,55 milhões de habitantes, com crescimento médio de 1,64% ao ano, 40% acima do crescimento médio nacional.

Ocupar mais ainda a Amazônia e explorar racionalmente os recursos naturais, transformando-os em riquezas, seria completar o projeto nacional; dar concretude à integração nacional. Essa será a tônica do século XXI para a região. A Amazônia é uma bandeira política de esperança, geração de riquezas e bem-estar.

Estudos e prospecções revelam que a região possuiu, em valores de recursos naturais, o montante de 23 trilhões de dólares a ser explorado, sendo 15 trilhões em recursos minerais metálicos, não metálicos e energéticos e oito trilhões na superfície, com a biodiversidade (estima-se o conhecimento de apenas 5% do potencial econômico da biodiversidade amazônica).

Agora, o potencial econômico se amplificou com as descobertas de reservas de gás de xisto, que precisam ser exploradas, utilizando as melhores técnicas disponíveis e as estratégias de amenização dos riscos para o meio ambiente. Esse fato deu ainda mais a característica de fronteira de riquezas aos Estados amazônicos.

É a região, por excelência, portadora do futuro da integração sul-americana, capaz de abrigar uma possível infraestrutura necessária para fazer circular mercadorias, comunicação e pessoas no continente. Tem-se saída ao Pacífico e ao Atlântico e as bacias hidrográficas são conectadas. Como dizem os estrategistas econômicos e militares: "a Amazônia é área pivô da América do Sul". O Brasil tem a possibilidade de liderar a cooperação entre os países sul-americanos, amenizar conflitos com colaboração, e a Amazônia, assim, torna-se região estratégica para a política internacional do país.

A Amazônia é importante para a geopolítica mundial, pois, é provável que tenha respostas de futuro sobre grandes questões: escassez de água potável, procura por energia mais barata e limpa e a crescente necessidade por alimentos. Exatamente, por isso, é que a região está sempre presente nas agendas de interesses internacionais e deve ser defendida como algo do Brasil e sob sua soberania.

Não se pode, também, deixar de observar de que a defesa da Amazônia é assunto prioritário na Estratégia Nacional de Defesa. Prioritária por sua riqueza ainda não explorada, pela extensa área de fronteira e pelas dimensões dos conflitos existentes. Não foi à toa que se instalou o SIVAM, um potente Sistema de Monitoramento da Amazônia e do tráfego aéreo. Estão em desenvolvimento, ainda, o SISFRON que é uma espécie de SIVAM para a fronteira e o SISGAAZ, que é o Sistema de Monitoramento da Amazônia Azul (engloba o pré-sal).

Há, inclusive, setores e personagens políticos internacionais que vislumbram a região como de interesse global. Não é segredo que a Amazônia é, hoje, objeto de ação de ONGs com fortes vínculos com o exterior. Geralmente, essas instituições trabalham as questões de meio ambiente, da posse da terra e dos indígenas; causam problemas aos grandes investimentos de infraestrutura, aquecem conflitos e sustentam outros. Evidentemente, há instituições legítimas, mas, infelizmente, há outras em que os interesses são ocultos ou mesmo secretos. São interesses que não coadunam com os interesses nacionais legítimos. É preciso soberania plena do Brasil sobre a Amazônia, uma área de elevada importância geoestratégica.

As dimensões e os potenciais da Amazônia brasileira são gigantescos, mas os problemas são da mesma monta, além de clamarem por soluções e amenizações urgentes. Na Amazônia, há 11 mil quilômetros de fronteira; só com a Bolívia são três mil quilômetros (tamanho idêntico ao da fronteira entre EUA e México). Os principais Estados amazônicos fazem fronteira com países notórios em produção de drogas. Por isso, é uma região estratégica no combate ao narcotráfico. Essa condição exige comunhão de esforços entre as forças de segurança federais e as estaduais na vigilância das fronteiras, na troca de informações e em ações inteligentes de combate ao narcotráfico e suas ramificações nos Estados.



A Amazônia, ao longo das últimas duas décadas, foi, também, presa fácil dos discursos radicais e ideológicos. Facilmente, se constata atraso social e econômico na região nos dias de hoje. Por exemplo, ambientalistas radicais manipulam as questões indígenas e acabam por prejudicar as próprias etnias e milhares de produtores rurais amazônicos. São instituições poderosas, econômica e politicamente, e com fortes vínculos com outros países. Não se pode tolerar passivamente movimentos internacionais por demarcação de terras e de não exploração de nossos recursos naturais.

Recentes conflitos, ao longo dos últimos dez anos, demonstram que é preciso uma nova política nacional para tratar da Amazônia e das questões indígenas. Os fatos sobre os lanomâmis, a reserva Raposa Serra do Sol e os turbinados conflitos no Mato Grosso do Sul demonstram que é preciso uma nova política para os indígenas: muitos querem produzir e viver dignamente do trabalho em suas terras. Hoje, 13% do território nacional são de terras indígenas. Nelas, residem 517,4 mil dos quase 900 mil índios brasileiros detectados pelo IBGE.

O Brasil tem um território de 8.516.000 Km<sup>2</sup>, 13% correspondem a 1.107.080 km<sup>2</sup> de terras indígenas, ou seja, 2.140 km<sup>2</sup> para cada índio. Nos últimos anos, nada foi feito de inovador nessa área. Continuaram a mera política de demarcação e exacerbaram os ânimos e os conflitos foram tonificados. Há em tramitação mais de 700 processos envolvendo conflitos na demarcação e 112 terras indígenas que ainda estão sendo analisadas.

Hoje, a realidade é que há milhares de famílias de produtores rurais e indígenas nessas áreas que vivem em constante insegurança jurídica e podem perder suas terras e suas vidas de intensa labuta com a produção de alimentos para o país. O resultado da política equivocada de demarcação é somente um: geração de intensos conflitos envolvendo índios, agricultores, madeireiros e garimpeiros, dentre outros.

Como já dito, o símbolo máximo da exacerbação de conflitos deu-se no famoso caso Raposa Serra do Sol. O conflito entre índios e agricultores tradicionais ganhou as páginas dos principais jornais do mundo. Estavam em jogo 1,7 milhão de hectares. Atualmente, Roraima é um estado amarrado com poucas condições de desenvolvimento, pois 46% do seu território são reservas indígenas e 26% áreas de conservação.

Muitos setores da sociedade brasileira consideram que a política indigenista nacional é submissa a interesses estrangeiros, que agem por meio de Organizações Não-Governamentais. Há imensa literatura e relatórios técnicos sobre a questão. O problema é mais agudo quando se trata de terras indígenas nas imensas fronteiras nacionais. Estaria em jogo ferir os interesses soberanos do país e a sua própria segurança. Outros consideram que o movimento indígena foi aparelhado e instrumentalizado politicamente.

Não é surpresa que populações indígenas vivam enfrentando miséria, pobreza e imensas contradições. A política não conseguiu elevar o nível de vida dessas populações. Aplicou somente populismo assistencialista e ecológico. Não ajudou a criar oportunidades para as populações gerarem riquezas e bem-estar para os seus povos, mesmo com abundância de terras para cultivar e criar animais. Os indígenas continuam a viver na pobreza e no mundo das carências básicas.

A verdadeira libertação dos povos indígenas é a criação de riquezas, fazer avançar a produção nesses imensos territórios e dar acesso aos que estão excluídos dos benefícios da modernidade. Desenvolvimento, tecnologia, produtividade são as chaves para a correção de rumos. Não há quem recuse ou não precise se desenvolver, criar e usufruir de riquezas e melhorar substancialmente as suas condições de vida.

Não se pode seguir negando aos indígenas as boas coisas que a modernidade trouxe. Também, não é recomendável continuar com a fábrica de conflitos que se tornou a demarcação de terras. Aos indígenas não é crível reproduzir o modelo falido aplicado nos assentamentos rurais nos últimos anos, que se transformaram em quase favelas rurais. O país necessita de uma política indígena capaz de qualificar e gerar condições para o desenvolvimento econômico das populações e verdadeira libertação desses descendentes dos primeiros habitantes.

Há falácias repetidas sobre preservação ambiental. Não custa desfazê-las. O pesquisador da EMBRAPA,



doutor Evaristo de Miranda, em livros e palestras, expõe em números a ocupação e o uso das terras do território nacional. Com isso, consegue demolir uma série de mitos criados nas últimas décadas.

Utilizando dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR - Embrapa), ele conclui que 66,3% das terras do Brasil são de áreas destinadas à vegetação protegida e preservada, ou seja, unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos rurais, quilombolas, áreas militares, áreas de preservação permanente nos imóveis rurais, terras devolutas e imóveis não cadastrados.

É preciso enfatizar que o país é o mais ecológico do mundo, pois, dois terços do território nacional são dedicados à preservação e proteção do meio ambiente. Apenas 30,2% das terras brasileiras são de uso agropecuário: 8% de pastagens nativas, 13,2% de pastagens plantadas, 7,8% de lavouras e 1,2% de florestas plantadas. O restante, 3,5% do território nacional, é ocupado por cidades, infraestrutura e outros.

Miranda, ainda, informa que nos Estados Unidos, a nação mais rica do planeta, 74,3% do território é de uso agropecuário, 5,8% ocupados por cidades e infraestrutura, e 19,9% dedicados à proteção e preservação da vegetação nativa. Em outros termos, enquanto os brasileiros usam menos de um terço do território em produção agropecuária, os Estados Unidos utilizam quase 75%. Eis uma das razões que o trabalhador americano é mais rico e próspero. O PIB *per capita* brasileiro é de menos de 10.000 dólares e o dos Estados Unidos de cerca de 59.000 dólares.

Ademais, o produtor rural brasileiro deveria ser considerado como um verdadeiro herói. Segundo o cadastro ambiental, produtores rurais dedicam 218 milhões de hectares à área de preservação permanente, ou seja, 50% das áreas dos imóveis rurais ou 25,6% do território do Brasil. O patrimônio fundiário imobilizado pelos proprietários rurais brasileiros, a favor do meio ambiente, foi calculado por Miranda em 3,1 trilhões de reais, com um custo de manutenção pago pelo produtor de 20 bilhões de reais por ano. A conclusão óbvia é de que os produtores brasileiros são as pessoas que mais preservam a vegetação nativa no mundo.

Não são poucos os dados que demonstram o Brasil como exemplo internacional de preservação da floresta. Dados conservadores mostram que cerca de 80% das florestas originais do Brasil estão preservadas, no mundo são apenas 24% e na Europa, 0,3%. Considera-se que é necessário fincar as bandeiras do desenvolvimento na região Amazônica e superar os entraves históricos, transformando mentalidades para que no futuro próximo o país possa usufruir dos recursos naturais em forma de riquezas.

## Acre

Em particular, o Estado do Acre e seus 22 municípios viveram um período de intenso marasmo econômico durante os últimos 20 anos. Foi um tempo de crescimento lento e os saltos qualitativos foram diminutos. Houve atrasos facilmente constatados no uso da tecnologia moderna, no alto preço da energia, nas dificuldades de comunicação como a *internet*, na baixa qualificação educacional do povo acreano, na insuficiência da infraestrutura, na falta de assistência técnica aos produtores de todos os setores, na falta de apoio com crédito e incentivos à produção rural agrícola e pecuária e no parco desenvolvimento industrial.

Nos tempos áureos, o Acre foi responsável pela criação de muitas riquezas para o Brasil. Seu látex sempre foi de excelente qualidade e estratégico para o país. Hoje, o estado depende do dinheiro de empréstimos nacionais e internacionais e, fundamentalmente, do dinheiro do Governo Federal. Vive uma economia controlada, comandada e dependente de governos.

De fato, a despeito de promessas, o desenvolvimento não foi alcançado até agora. A meta de se fazer produtos da floresta, que seriam viáveis e rentáveis para a população, não foi concretizada. Não houve investimentos com resultados práticos em técnica, tecnologia e preparação do capital humano, ou seja, o alicerce para haver inovação tecnológica, patentes e criação de novos produtos foi profundamente negligenciado.



Hoje, o Acre padece de altos índices de pobreza e de desemprego. Segundo dados da Consultoria Tendências, divulgados no final de 2018, em quatro anos, de 2014 a 2017, a miséria no Acre dobrou. A proporção de famílias, vivendo na extrema pobreza, saiu de 5,3% para 12,2%. Ainda, segundo o estudo o Estado do Acre vive extrema dependência do setor público: 44% da massa de rendimentos tem como origem os setores públicos municipal, estadual e federal, sendo que a média nacional é de 20%.

O Ministério do Desenvolvimento Social, em 2018, utilizando dados do IBGE e do cadastro único, divulgou que a relação entre a população e quem vive dos benefícios do Bolsa Família, no Acre, foi de 41%. Segundo o IBGE, utilizando dados do primeiro trimestre de 2019, há 64 mil desempregados no estado. Durante essa data, houve aumento de quase cinco pontos percentuais no número de desocupação. A taxa de desemprego média aumentou de 13% para 18%, nos primeiros meses de 2019. A população total do Acre é de 869,3 mil habitantes; na capital, Rio Branco, concentram-se 46% dos habitantes do Estado. Segundo o IBGE, com dados divulgados no começo de 2019, a renda *per capita* do acreano é 34% menor do que a média nacional. A média nacional é de R\$ 1.373 e a do Acre é de R\$ 909.

No setor florestal, por exemplo, todas as iniciativas produtivas que surgiram e que seriam viáveis, ambientalmente e comercialmente, foram ignoradas em nome de um desenvolvimento sustentável que nunca chegou de fato.

Diante da realidade, nada é mais urgente que construir as bases, os alicerces, para ajudar a dinamizar a economia do Estado e gerar trabalho e renda para a população. Neste sentido, é mais do que relevante saber e conhecer os caminhos necessários ao desenvolvimento real do Acre, sempre com respeito a preservação do meio ambiente e sem negligenciar as pessoas e o bem-estar dos acreanos.

É precioso para o Acre encontrar o caminho do desenvolvimento, da geração de empregos e da superação dos entraves para que o Estado (sociedade e governos) explore, com racionalidade, todo o seu potencial, de modo a formular planos e propor diretrizes para o crescimento econômico, em articulação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O quadro de hoje é o da falta de indústrias e da dependência na importação de matéria prima. Até o mercado de consumo é restrito e concentrado em Rio Branco, capital do Estado. É necessário desenvolver, fortemente, o interior do Estado, criar mercados, consolidar centros de produção e circulação de mercadorias, levar técnica, preparo e tecnologia aos eixos produtivos do Acre. Há muitos recursos naturais esperando serem transformados em riqueza para o povo acreano.

Acredita-se, baseado em evidências, de que a implantação de uma robusta política econômica, industrial e agropecuária diferenciada, que procure o alto valor agregado, que incorpore o respeito ao meio ambiente como um valor, que contenha inovação, tecnologia e competitividade pode ajudar a construir as bases para o desenvolvimento do Estado. O centro dessa política é a geração de oportunidades, isto é a construção das bases de um Acre interconectado com a economia nacional e global.

Necessário acrescentar que é preciso construir as bases de uma economia não dependente do Governo Federal e dos governos estaduais, mas apoiada, em caráter complementar, com investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação e difusão tecnológica, políticas sociais e culturais e iniciativas de desenvolvimento local sustentável. Uma economia que seja autônoma, dinâmica e capaz de gerar riquezas, ajudando os vários setores a incorporar novas tecnologias, técnicas e instrumentos de desenvolvimento para o aumento paulatino da produtividade.

Considera-se que a função do Governo do Estado não é a de tutelar a economia, é, sim, a de incentivar a autonomia e a geração de riquezas pela sociedade, apontando rumos, caminhos e atuando para amenizar gargalos do desenvolvimento. Para tanto, no estudo, proposto, haverá a identificação dos gargalos que impedem o desenvolvimento econômico e social, tais como: inadequada legislação ambiental municipal,



estadual e federal, baixa qualificação profissional, baixa qualificação institucional do estado e municípios para acesso a recursos, necessidade de mudanças de paradigmas ambientais de desenvolvimento e precariedade da infraestrutura logística e energética

O estudo, ora proposto, dará ênfase ao planejamento macro do desenvolvimento econômico do Estado, tendo em vista as riquezas naturais disponíveis. Há prospecções dando conta do imenso potencial agrícola, pastoril e mineral do Estado do Acre, hoje, praticamente intocável.

Segundo dados do Cadastro Ambiental Rural, trabalhados e analisados pela EMBRAPA, o território oficial do Acre é de 164.124 Km<sup>2</sup> e tem 58% (descontadas as sobreposições) do total em áreas legalmente atribuídas, sendo 15 unidades de conservação, ocupando 29% das terras do Estado, 31 terras indígenas, 15% do território, e 155 assentamentos rurais, ocupando 1/3 das terras do Acre.

O quadro geral é considerado pelos técnicos da EMBRAPA como complexo e conflitivo, onde há a disputa velada e aberta entre vários grupos de pressão como assentados, indígenas e Ongs (estima-se a existência de mais de mil instituições não governamentais atuando no território). Além disso, o Acre ocupa uma área territorial ao longo das fronteiras terrestres, considerada, para fins do disposto no Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 – que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – como faixa de fronteira, conforme estabelecido no §2º, item I, do art. 20 da Constituição Federal.

Neste sentido, os municípios acreanos, com área total ou parcialmente localizados na faixa de fronteira – faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território estadual, submetida às regras de segurança nacional –, no tocante ao uso do solo, intervenção de obras públicas de engenharia civil, de propriedade e de exploração econômica, terão tratamento especial e diferenciado, em obediência à legislação supra mencionada, buscando a sustentabilidade de atividades econômicas como a pecuária, o agronegócio, a florestal e a sociobiodiversidade de modo a fortalecer as políticas de serviços ambientais e de proteção e conservação dos recursos naturais.

O estudo pretende mostrar e demonstrar as medidas pertinentes a serem adotadas para o aproveitamento ao máximo dos recursos gerados com a exploração racional das riquezas e da superação dos gargalos de desenvolvimento, sempre em respeito ao meio ambiente e às pessoas do Estado. Acreanos devem ser os beneficiários do crescimento e da geração de riquezas, considerando a promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável e a integração competitiva da base produtiva estadual na economia regional e nacional, em conformidade com os objetivos econômicos e sociais estabelecidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.

O estudo em análise intenta estabelecer os parâmetros para o fortalecimento das instituições sociais e do Estado para a ampliação dos conhecimentos técnicos e das posturas a serem adotadas, visando a eficiência na geração de riquezas que redundem em trabalho e renda para os acreanos. Além disso, será necessário mapear as dificuldades e os gargalos a serem superados. Em várias áreas, é preciso estabelecer os parâmetros e as políticas de correção que devem ser adotadas.

De forma preliminar, a pesquisa estudará algumas áreas consideradas prioritárias, procurando coletar dados secundários e confrontá-los com entrevistas e depoimentos de lideranças dos vários setores. Podem ser citadas as seguintes áreas: agroindustrial, exploração de minérios, exploração de petróleo e gás, estudo da legislação ambiental e sobre as reservas indígenas, extrativistas e biológicas, a produção ou as possibilidades de produção em unidades de conservação e reservas indígenas. Haverá especial atenção para as áreas de assentamentos.

As áreas ou setores afins para investigações complementares são a educação, com ênfase na educação técnica e profissional, a segurança pública, a inovação tecnológica (recurso de desenvolvimento) e as possibilidades do desenvolvimento da economia criativa e da bioeconomia, fortalecendo as políticas de serviços ambientais



e de proteção e conservação dos recursos naturais, seguindo orientação oriunda do PPA do Estado do Acre 2020-2023.

Nessa perspectiva, a dimensão estratégica das ações do Programa em referência direcionará o Governo do Acre, com vistas à condução do desenvolvimento do Estado, a fim de torná-lo mais seguro, produtivo e atrativo nos negócios, com economia forte e diversificada e uma infraestrutura regional integrada.

A rigor, o Acre vive de transferências governamentais e de empréstimos vultosos, que acabam por comprometer sua capacidade de investimento no futuro e de crescimento econômico; em suma, gastou-se rios de dinheiro no varejo, no dia a dia do Estado, gastou-se dinheiro com o mero funcionamento da máquina estatal sem resultados efetivos para o crescimento econômico das oportunidades.

Hoje a produção é pequena, acanhada e sem grandes expectativas de desenvolvimento. Ainda, segundo dados da EMBRAPA, somente como exemplos, a produção de arroz se dá em uma área de 13.521 ha, com 18.358 toneladas produzidas e produtividade de 1,36 toneladas por hectare. Um total que representa 0,2% da produção nacional e 2% da região Norte, considera-se pequena produção.

A área colhida de feijão é de 11.859 ha, com uma quantidade produzida de 6.428 toneladas, representando uma produtividade de 0,54 t/ha. A produção de feijão, também, é considerada pequena: 0,2% da produção nacional e 5,3% da região Norte.

Já a mandioca, no passado recente, teve área colhida de 44.898 ha, com a produção de 897.160 toneladas, que representa uma produtividade de 20 toneladas por hectare. São 3,9% da produção nacional e 12,1% da produção do Norte. O milho foi colhido em 40.802 ha e produzida 96.687 toneladas, com produtividade de 2,4 toneladas por hectare. É pequena produção e representa 0,1% da produção nacional e 5,8% da produção do Norte do país.

Os números são enfáticos em demonstrar a extrema necessidade de ampliar a produção como garantia da segurança alimentar local e regional. A produção de horticultura e de frutas, apesar do grande potencial, são praticamente inexistentes.

A pecuária de bovinos tinha um efetivo de 2.634.467 cabeças; 1,2% da criação nacional e 6% da região Norte. O número de cabeças vem aumentando em proporções diminutas, se comparado com os números de Rondônia, por exemplo. Os suínos tiveram efetivo de 139.251 cabeças, 0,4% do país e 9,4% do Norte. O efetivo de galináceos também é pequeno, 1.915.756 aves, ou 0,2% do Brasil e 7,2% da região Norte. A produção de leite, com 42.732 mil litros, não é substancial, pois ainda não abastece nem a capital do Estado. Não há laticínios suficientes no Estado. Estes são apenas alguns números que dão a dimensão das necessidades de fortalecimento da produção.

A superação desse quadro apenas será viável se houver um processo de maior acumulação de capital, exploração dos recursos naturais e sua transformação em produtos industrializados ou semi-industrializados. Todo esse nobre objetivo passa por desenvolver as potencialidades do Estado do Acre e a agregação de valor aos produtos e fortalecimento do capital humano.

Para que a economia do Acre alcance, pelo menos, o patamar nacional será necessário cumprir as etapas clássicas do desenvolvimento econômico. A fragilidade do volume de receitas próprias do Estado do Acre é uma consequência da baixa dinâmica econômica do território.

Ademais, o endividamento do Estado é um problema intenso, a exemplo do que acontece em quase todas as unidades da Federação. A conclusão é de que é preciso dinamizar a economia do Estado para gerar empregos, renda e equilíbrio orçamentário, além da austeridade com os gastos públicos. Evidentemente, a pesquisa indicará a necessidade de economizar, cortar os desperdícios e equilibrar o Estado, macroeconomicamente, para desarmar os entraves existentes.



O estudo apontará os caminhos de uma gestão racional, de cortes de gastos e recomendará os investimentos pertinentes a serem feitos para fomentar a economia acreana. O estudo e a pesquisa fomentarão o hábito de trabalhar sempre a partir de um planejamento estratégico, planos setoriais, monitoramento e avaliação de políticas públicas, levando em consideração as especificidades das cidades acreanas.

Haverá medidas específicas recomendadas para as cidades e regiões do Estado. Estarão contempladas, no pacote de desenvolvimento de vocações, a regional de Purus, que compreende Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira, a regional do baixo Acre, região de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Senador Guiomard e Rio Branco, o Alto Acre, regional composta por Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri, a regional do Vale do Juruá, com as importantes cidades de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves e, por fim, a regional Tarauacá-Envira, com as cidades de Feijó, Jordão e Tarauacá.

Em cada regional e cidades haverá especificidades a serem estudadas e observadas. Por exemplo, há cidades com altas taxas de urbanização como Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia, cidades em que mais de 70% da população moram na zona urbana.

Rio Branco, a Capital, possuía uma taxa de urbanização de mais de 90%, segundo os dados do IBGE. Por outro lado, há cidades com vocação agrícola em que os índices de urbanização foram baixos, tais como, Porto Acre (13,3% de urbanização), Rodrigues Alves (30%) e Marechal (27,9%).

A taxa de urbanização do Estado é de 72,6%. Em patamares abaixo da taxa do Estado, encontram-se quase todas as cidades, na faixa de 40 a 50% de taxa de urbanização têm-se Acrelândia, Bujari, Capixaba e Santa Rosa do Purus, entre 30 a 40% encontram-se Jordão e Porto Walter, entre 50 a 60% de taxa de urbanização têm-se Feijó, Mâncio Lima e Tarauacá. As cidades com taxas de urbanização que variam entre 60 a 67% são Xapuri, Senador Guiomard, Sena, Plácido de Castro, Manoel Urbano, Brasiléia e Assis Brasil.

O pacote de medidas que será estudado e sugerido para alavancar a produção levará em conta as vocações estabelecidas e as que existem em potencial espalhadas entre os municípios do Acre. Sabe-se que Cruzeiro do Sul é um polo econômico, é a capital do Juruá, receberá recomendações de apoio para a diversificação da produção, apoio para fortalecer ainda mais seu comércio e explorar a fronteira de negócios que a cidade representa com Pucalpa, no Peru.

Em Sena, que já foi sede do governo do Estado, é possível expandir as atividades agropecuárias e pequenas indústrias de beneficiamento. Em Tarauacá, será necessário apoiar e dinamizar com mecanização a agricultura e a pecuária, bem como reforçar o apoio técnico e assistência na produção, ainda será preciso incentivar o fortalecimento das pequenas indústrias na cidade.

Outros exemplos podem ser dados. Eles expressam as complexidades da dinâmica econômica de cada cidade. Bujari já foi conhecido por suas hortaliças de alta qualidade. Já foi um grande polo hortigranjeiro. A pesquisa subsidiará com informações um possível fortalecimento da agricultura familiar. A cidade tem uma piscicultura em desenvolvimento.

Já em Senador Guiomard será enfatizado o apoio ao desenvolvimento das novas indústrias, apoio técnico nas áreas extrativistas e agrícolas. Há, também, muitas cooperativas e associações de produtores rurais que precisam ser fortalecidas.

Ainda, pode-se dar como exemplo a necessidade de fomento à produção de frutas tropicais e palmito em Capixaba. Epitaciolândia viveu, em tempos áureos, o auge da exploração da castanha e da borracha. É uma área de livre comércio, porém ainda não regulamentada. Hoje, depende comercialmente de Cobija, na Bolívia, mas nem sempre foi assim.

Plácido de Castro pode se tornar um polo de turismo, pois abriga um parque ecológico, com 34 hectares e por volta de 113 espécies da flora florestal. Faz fronteira com a Bolívia e limite com o Estado de Rondônia.





Brasiléia é, também, uma área de livre comércio ainda não regulamentada. Será preciso dinamizar a agricultura tradicional da cidade e apoiar tecnicamente para o fortalecimento ainda maior da pecuária da cidade. Tem potencial de ecoturismo e já abrigou pequenas indústrias de laticínios, serrarias e fábrica de móveis. Por outro lado, Assis Brasil tem um grande contingente de população indígena. A pecuária e a produção agrícola são insuficientes. Sua vocação tem a ver como se tornar um entreposto comercial da América do Sul.

Ainda, pode-se falar no desenvolvimento da agricultura e da produção, apoio para a produção familiar, sua diversificação e fortalecimento para os municípios de Acrelândia, Mâncio Lima, Porto Acre e Marechal Thaumaturgo. Nessas cidades, pode-se fomentar a formação de pequenas agroindústrias para agregar valor aos produtos do campo, marca e fortalecimento da comercialização. Há municípios que a maior demanda é por romper o isolamento, dotação mínima de infraestrutura e fortalecimento da produção como Manoel Urbano.

O Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cuja finalidade é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Em assim sendo, o estudo exposto intenta agregar esforços em planejar ações concretas para o alcance de metas de progresso, que devem ser integradas em seus setores. O fito da investigação é ouvir os agentes dos principais setores da economia e da sociedade acreana, garantindo a ampla participação e a completa transparência dos processos de governança, em observância aos eixos setoriais de intervenção do planejamento e implementação das ações defendidas pela PNDR.

Em suma, é preciso mudar o rumo, mudar o caminho, acertar ponteiros e liberar a energia dos empreendedores e dos empresários no desenvolvimento do Estado e na geração de emprego e renda para o cidadão acreano.

Outro produto do estudo proposto é um mapeamento de oportunidades de investimentos e recursos governamentais e privados. Far-se-á um longo levantamento de projetos, programas e oportunidades de investimento e recursos disponíveis nos vários ministérios do Governo Federal. Um verdadeiro mapeamento de oportunidades, concernente ao desenvolvimento produtivo, à ciência, tecnologia e inovação, educação e qualificação profissional, infraestrutura econômica e urbana, desenvolvimento social e acesso aos serviços públicos essenciais e fortalecimento da capacidade governativa dos municípios e do Estado do Acre.

Por fim, é preciso apontar que o estudo responderá a princípios a serem observados: incentivo à livre iniciativa, à qualificação das pessoas e à assistência técnica para um mercado livre e gerador de riquezas e empregos. É preciso ressaltar que a economia do Estado foi, até então, tocada de forma equivocada, aplicando um modelo em muito já superado. Não é necessário tutela e controle, até agora esse modelo ultrapassado penalizou o desenvolvimento do Acre e precisará ser superado, tendo como base o estímulo ao empreendedorismo, ao cooperativismo e à inclusão produtiva, por meio do fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais, existentes ou potenciais, de forma a integrá-los a *clusters* de desenvolvimento regionais, nacionais ou internacionais, de acordo com as estratégias elencadas na PNDR.

A pesquisa tem por objetivo final reunir dados primários e secundários capazes de subsidiar um grande planejamento da economia do Estado, com a finalidade de gerar riquezas e aproveitamento racional das riquezas naturais do Estado do Acre, sempre respeitando diretrizes de preservação ambiental.

O planejamento governamental é a atividade que, com base em diagnósticos, construção de cenários e diálogo com os segmentos sociais, orienta as escolhas de políticas públicas e a definição de prioridades do Estado para a promoção da inclusão social, do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável.



É preciso reafirmar que o estudo e seus dados deverão gerar valores para a sociedade, o Governo do Estado, os municípios, o setor empresarial, as federações patronais e de trabalhadores, o Sistema S, os trabalhadores e os empreendedores em geral. Pretende-se que a pesquisa seja um espelho econômico para a gestão pública e privada e sirva de guia referencial para o planejamento de políticas públicas de médio e longo prazos no âmbito governamental, de sorte a integrar-se aos futuros PPAs do Governo do Acre.

#### 1.4 OBJETIVOS:

- Realizar um amplo levantamento de dados secundários e dados primários por meio de pesquisas com roteiro semi-estruturados, observações sistemáticas e grupos focais nos diversos setores econômicos do estado do Acre;
- Subsidiar com dados estratégicos o estado para o cumprimento dos principais objetivos e ações do Programa de Conservação da Sociobiodiversidade do Estado do Acre, instituído na Lei 2.308/2010 e alterações da Lei 3.462/2018;
- Estimular o planejamento de ações concretas para o alcance de metas de progresso, que devem ser integradas em seus setores;
- Estimular a formulação de planos e que proponha diretrizes para o crescimento econômico, em articulação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Ouvir constantemente os agentes dos principais setores da economia e da sociedade acreana, garantindo a ampla participação e a completa transparência dos processos de governança durante o estudo;
- Assegurar a devida incorporação dos resultados do estudo ao PPA 2020- 2022 e nos próximos Programas Plurianuais (PPAs) do Estado do Acre;
- Contribuir no planejamento da economia do Estado do Acre, levando em consideração seus desafios, problemas e potencialidades evidenciados no estudo;
- Realizar um mapeamento completo dos recursos estratégicos, públicos e privados, para o desenvolvimento do Estado;
- Estimular a criação de novas bases de desenvolvimento, em outros patamares comprometidos com os valores da ética, do respeito às leis e às instituições, da garantia da liberdade e da democracia, da valorização do trabalho e da solidariedade e da eficiência das ações públicas, bem como da livre iniciativa e do respeito ao meio ambiente;
- Tornar-se um espelho econômico para a gestão pública e privada, e tem como principais interlocutores e beneficiários a sociedade, o Governo do Estado, os governos municipais, o setor empresarial urbano e rural, as federações patronais e de trabalhadores, o Sistema S, os trabalhadores e os empreendedores em geral e, em especial, etnias indígenas e habitantes das reservas extrativistas.
- Garantir que o estudo identifique os potenciais setores ligados à bioeconomia de modo a ampliar as alternativas de desenvolvimento para o Estado do Acre;
- Criar critérios de observância e associação do estudo à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério do Desenvolvimento Regional e ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA);
- Contribuir para subsidiar o estado com informações que amplie a sua atuação em modelos alternativos econômicos de setores portadores de tendências sociais e econômicas do futuro, a exemplo a bioeconomia;
- Contribuir com o avanço de políticas de serviços ambientais e de proteção e conservação dos recursos naturais inclusive nas regiões de fronteira;
- Realizar estudo analítico com o potencial de valor econômico de ativos ambientais;



- Realizar seleção e a capacitação de técnicos para a aplicação da pesquisa, e com isso contribuir com a treinamento profissional deste setor no estado;
- Realizar seis oficinas de trabalho com técnicos do estado, representantes do setor produtivo e comunidades para alinhamento, revisão e contribuições na elaboração final dos subprodutos e produto;
- Criar e alimentar site e redes sociais com conteúdos da pesquisa, notícias e artigos;
- Realizar um amplo registro audiovisual do estudo;
- Realizar um vídeo documentário da pesquisa;
- Publicar no site do projeto relatório final científico e analítico do estudo realizado;
- Publicar nas redes oficiais do estado o Plano estratégico de impulsionamento econômico e social do estado do Acre (2022 a 2032);
- Publicar um livro com textos e imagens com resultado do estudo em português;
- Publicar no site do projeto resumos executivos do estudo em inglês e espanhol; e
- Incluir o livro na loja internacional Amazon para download gratuito para todos os cidadãos do mundo.

Abaixo segue quadro com metas, subprodutos e produtos finais de modo a facilitar a compreensão dos objetivos do projeto:

META	Nº	SUBPRODUTO	PRODUTO
<b>META 01 REALIZAR A CONTRATAÇÃO DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO DO ESTUDO, METODOLOGIA MONITORAMENTO E O PLANEJAMENTO GERAL DO ESTUDO PARA O PERÍODO DE 12 MESES.</b>	1.1	Contratação realizada.	1. Planejamento geral da pesquisa com estabelecimento de indicadores de acompanhamento e planos logísticos.  2. Cronograma de execução e plano de trabalho consolidados.  3. Site e redes sociais (transparência e participação).
	1.2	Plano de trabalho com cronograma de 12 meses elaborado e implementado.	
	1.3	Metodologias de monitoramento e controle de qualidade do estudo elaboradas e implementadas.	
	1.4	Contratações realizadas.	
	1.5	Assessoramento realizado.	
	1.9	Plano de execução da logística.	
	1.10	Agendamentos realizados.	
	1.11	Passagens compradas.	
<b>META 02 COLETA DE DADOS SECUNDÁRIOS E REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SETORIAIS PRELIMINARES E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA.</b>	2.1	Relatório preliminar de dados, gráficos e tabelas de dados sociais (socioeconômicos, segurança, educação, saúde, fronteiras e dados sociais em geral)	1º - Documento contendo dados secundários e estudos setoriais (Socioeconomia, economia, territoriais, infraestrutura, produção). 2º - Instrumentos de pesquisa validados.
	2.2	Relatório preliminar de dados, gráficos e tabelas de dados econômicos (finanças Estaduais e municipais, infraestrutura, mercado, relações de comércio nacional e internacional e cadeias produtivas do Estado)	
	2.3	Relatório preliminar de dados, gráficos e tabelas de dados territoriais (estrutura fundiária, reservas ecológicas, terras indígenas,	



		extrativistas, dentre outras)	
	2.4	Relatório preliminar de dados, gráficos e tabelas de dados de infraestrutura (Estudo da infraestrutura existente e projetos em andamento. Projeção de necessidades)	
	2.5	Relatório preliminar de dados, gráficos e tabelas de dados de produção (Produção agropecuária, produção industrial, petróleo e gás, minérios e comércio interno e externo)	
	2.6	Documento contendo a análise técnica e especializada por setor estudado.	
	2.7	Instrumentos, metodologias e questionários elaborados.	
<b>META 3 - REALIZAR AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE E OS GRUPOS FOCAIS.</b>	3.1	Seleção e capacitação realizadas	<p>1° Documento comprovando as contratações, diárias e capacitações realizadas dos técnicos que trabalham no levantamento de dados primários.</p> <p>2° Documento analítico preliminar com os resultados das entrevistas em profundidade e dos grupos focais.</p> <p>4° Relatório analítico sobre o potencial de valor econômico de ativos ambientais.</p>
	3.2	Relatório preliminar contendo os resultados sistematizados das visitas orientadas com observação sistemática a dez municípios.	
	3.3	Relatório preliminar contendo os resultados sistematizados das visitas orientadas com observação sistemática as comunidades.	
	3.4	Seleção e capacitação realizadas.	
	3.5	Relatório preliminar contendo os resultados sistematizados das entrevistas em profundidades com membros/lideranças dos setores econômicos do Acre.	
	3.6	Relatório preliminar contendo os resultados sistematizados das entrevistas em profundidades com líderes indígenas, extrativistas e das comunidades ecológicas.	
		Relatório preliminar contendo os resultados sistematizados das entrevistas em profundidades com dirigentes e técnicos de secretarias de estado.	
		Seleção e capacitação realizadas.	



	3.8	Relatório preliminar contendo os resultados sistematizados das entrevistas em profundidades dos grupos focais com indígenas e habitantes das reservas extrativistas e dos assentamentos pesquisados.		
		Relatório preliminar contendo os resultados sistematizados das entrevistas em profundidades com cidadãos dos dez municípios investigados.		
	3.1 0	Contratações realizadas.		
	3.1 2	Diárias pagas.		
	3.1 2	Relatório preliminar de pesquisa de potencial de valor de ativos ambientais nas comunidades visitadas.		
<b>META 4 COMUNICAÇÃO REGISTRO AUDIOVISUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.</b>	4.1	Mídia contendo registro fotográfico.	1. Banco de imagens audiovisual da pesquisa contendo: registro fotográfico, vídeo, áudio e degravação. 2. Vídeo documentário do estudo de até cinco minutos. 3. Produção e publicação de notícias do estudo no site e nas redes sociais.	
		Câmera fotográfica locada e mídia entregue com o registro fotográfico.		
		Gravador locado e mídia com gravadores entregues.		
		Registro audiovisual preliminar realizado com pré-roteiro e pré-edição		
	4.2	Degravação realizada.		
	4.3	Matérias, artigos e reportagens criados.		
	4.4	Site criado e rotina de manutenção estabelecida.		
	4.5	Publicações em redes sociais.		
<b>META 05 PRODUTOS FINAIS DO ESTUDO</b>	5.1	Análise e redação dos documentos do estudo.	Documento final científico e analítico do estudo realizado.	
	5.2	Estudo revisado.		
	5.3	Estudo diagramado.		
<b>META 6</b>	6.1	1. Soluções estratégicas e de políticas	Plano estratégico de	



<p><b>SOLUÇÕES PARA SUPERAÇÃO DOS EMPECILHOS (IDENTIFICADOS NO ESTUDO) DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ACRE.</b></p>	<p>6.2</p>	<p>públicas. 2. Sugestões de programas, projetos, ações públicas e privadas. 3. Mapa de financiamento público relacionado às soluções propostas. 4. Seleção e indicação de projetos com potencial de desenvolvimento econômico.</p>	<p>impulsioneamento econômico e social do estado do Acre (2022 a 2032)</p>
<p><b>META 7 PUBLICAÇÃO EDITORIAL.</b></p>	<p>7.1 7.2 7.3 7.4 7.5</p>	<p>Seleção de conteúdo e edição realizadas. Textos finalizados. Direção artística realizada. Livro diagramado Livro impresso</p>	<p>Publicação de 500 exemplares.</p>

**1.5 BENEFICIÁRIOS:**

O estudo e seus dados deverão gerar valor para a sociedade, Governo do Estado, municípios, setor empresarial, federações patronais e de trabalhadores, o Sistema S, os trabalhadores e os empreendedores em geral. Pretende-se que a pesquisa seja um espelho econômico para gestão pública e privada, servindo como referencial de orientação para o planejamento governamental de médio e longo prazos do Estado do Acre.

**1.6 LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia – SEICT  
Av. Getúlio Vargas, nº 1782, Bosque

**1.7 PARCEIROS:**


O estudo contará com a colaboração no fornecimento de dados oficiais do Governo Federal e de seus principais ministérios e órgãos pertinentes ao tema, bem como o Governo Estadual e suas respectivas secretarias. Haverá parcerias técnicas de fonte de informações as principais organizações do setor produtivo, de trabalhadores e da sociedade civil organizada em geral. Considera-se o Sistema S parceiro em fornecimento de estudos sobre o Estado.

**1.8 AQUISIÇÃO DE BENS/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

**a) Aquisição de Equipamentos/Materiais Permanentes**

*Neste campo, deverá ser indicado os bens que se quer adquirir, as respectivas quantidades e as especificações técnicas necessárias, sem fazer Referência a marcas específicas.*

**Tabela I**

Especificação Técnica	Quantidade	VALOR UNITÁRIO (orçamento 01)	VALOR UNITÁRIO (orçamento 02)	VALOR UNITÁRIO (orçamento 03)	VALOR Unitário (média)
					




**b) Aquisição de Materiais de Consumo**

*Neste campo, deverá ser indicado os bens que se quer adquirir, as respectivas quantidades e as especificações técnicas necessárias, sem fazer referência a marcas específicas.*

**Tabela II**

Especificação Técnica	Quantidade	VALOR UNITÁRIO (orçamento 01)	VALOR UNITÁRIO (orçamento 02)	VALOR UNITÁRIO (orçamento 03)	VALOR Unitário (média)

**c) Contratação de Serviços de Terceiros (Pessoa Física)**

*Neste campo, deverá ser indicado o perfil do profissional que se pretende contratar, tipo de habilitação e experiência mínima exigida para a contratação e os valores a serem pagos.*

**Tabela III**

PROFISSIONAIS QUE SERÃO CONTRATADOS (Descrever perfil/habilitação/experiências exigidas)	Quantidade	VALOR UNITÁRIO (orçamento 01)	VALOR UNITÁRIO (orçamento 02)	VALOR UNITÁRIO (orçamento 03)	VALOR Unitário (média)

**d) Contratação de Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)**

*Neste campo, deve ser indicado o tipo de serviço a ser contratado de firma especializada para execução de serviços, obras, etc., e seus respectivos valores.*

**Tabela IV**

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Quantidade	VALOR UNITÁRIO (orçamento 01)	VALOR UNITÁRIO (orçamento 02)	VALOR UNITÁRIO (orçamento 02)	VALOR Total (média)



Contratação de coordenador geral - especialista em pesquisa socioeconômica para realizar a função de coordenação - Responsável pela coordenação geral da execução da pesquisa, monitoramento do cronograma, seleção de pessoal, controle de qualidade dos produtos, revisão final de documentos, instrumentos da pesquisa, produtos finais e o planejamento geral. O coordenador geral terá em sua equipe dois subcoordenadores para toda a pesquisa e um subcoordenador de análise e gestão de resultados.	12	R\$ 18.000,00	R\$ 19.166,67	R\$ 16.833,33	R\$ 216.000,00
Contratação de profissional para ocupar a função de subcoordenador geral estudo.	12	R\$ 16.000,00	R\$ 15.333,33	R\$ 16.666,67	R\$ 192.000,00
Contratação de profissional para ocupar a função de subcoordenador técnico estudo.	12	R\$ 16.000,00	R\$ 15.583,33	R\$ 16.416,67	R\$192.000,00
Contratação de profissional para ocupar a função de produtor executivo do estudo	12	R\$ 16.000,00	R\$ 16.583,33	R\$ 15.416,67	R\$ 192.000,00
Contratação de dois técnicos assistentes para área técnica do estudo e produção	2	R\$ 27.264,93	R\$ 26.000,00	R\$ 28.529,85	R\$ 54.529,85
Contratação de coordenador de logística	1	R\$ 47.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 47.000,00
Compra das passagens aéreas de Brasília/DF - Rio Branco/AC - ida e volta por pessoa	35	R\$ 3.454,00	R\$ 3.571,43	R\$ 3.336,57	R\$ 120.890,00
Contratação de consultorias especializadas em levantamento de dados secundários e análise por técnicos de áreas específicas referentes ao estudo.	5	R\$ 40.000,00	R\$ 41.600,00	R\$ 38.400,00	R\$ 200.000,00





Contratação de consultorias especializada em economia, ciências sociais e engenharia para a análise preliminar dos diversos setores estudados e metrificados.	1	R\$ 75.000,00	R\$ 78.500,00	R\$ 71.500,00	R\$ 75.000,00
Contratação de profissional para realizar a seleção e capacitação dos técnicos para observação sistemática.	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.250,00	R\$ 7.750,00	R\$ 8.000,00
Contratação de técnicos para a aplicação de observação sistemática por meio de visitas orientadas.	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 14.800,00	R\$ 15.000,00
Contratação de técnicos para a aplicação de observação sistemática por meio de visitas orientadas.	1	R\$ 19.800,00	R\$ 18.190,00	R\$ 21.410,00	R\$ 19.800,00
Contratação de profissional para realizar a seleção e capacitação dos técnicos para aplicação de entrevistas em profundidade.	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.544,00	R\$ 7.456,00	R\$ 8.000,00
Contratação de técnicos para a aplicação de entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado	1	R\$ 72.000,00	R\$ 73.000,00	R\$ 71.000,00	R\$ 72.000,00
Contratação de consultoria para aplicação de pesquisa em profundidade - Consultoria por técnicos especializados em realizar entrevistas em profundidade com lideranças indígenas e reservas e comunidades ribeirinhas extrativistas - Realização de 25 entrevistas, em profundidade com roteiro semiestruturado previamente definidos, com lideranças indígenas, extrativistas e das reservas ecológicas. Tema foco será sobre o desenvolvimento social e econômicos das localidades, às alternativas de geração de riquezas e às insuficiências de infraestrutura para produzir.	1	R\$ 45.000,00	R\$ 49.000,00	R\$ 41.000,00	R\$ 45.000,00



Contratação de consultoria para aplicação de pesquisa em profundidade - Consultoria por técnicos especializados em realizar 25 entrevistas em profundidade com, com roteiro semiestruturado definido, junto a dirigentes e técnicos das secretarias do estado: especificamente a secretaria de Estado da Casa Civil, a secretaria de Indústria, Ciência e Tecnologia, a secretaria de Planejamento e Gestão, a secretaria de Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano, a secretaria da Fazenda, a secretaria de Empreendedorismo e Turismo, a secretaria de Produção e Agronegócio, a secretaria de Meio Ambiente, dentre outras fundações públicas e empresas públicas.	1	R\$ 45.000,00	R\$ 42.900,00	R\$ 47.100,00	R\$ 45.000,00
Contratação de profissional para aplicar a seleção e capacitação dos grupos focais.	1	R\$ 8.000,00	R\$ 7.890,00	R\$ 8.110,00	R\$ 8.000,00
Contratação de técnico para aplicação de pesquisa modelo grupo focal - Consultoria de técnicos para a aplicação de entrevistas em profundidade, aplicando modelo específico de grupo focal - 26 grupos focais de pesquisa qualitativa - um grupo focal por comunidade - dez principais reservas indígenas, cinco reservas extrativistas e de conservação e os dez principais assentamentos rurais e comunidades ribeirinhas.	1	R\$ 312.000,00	R\$ 319.880,00	R\$ 304.120,00	R\$ 312.000,00
Contratação de transporte fluvial para observações sistemáticas, entrevistas em profundidade, equipe de vídeo e equipe de projetos prioritários	45	R\$ 688,67	R\$ 722,22	R\$ 655,12	R\$ 30.990,15
Compra de passagens aéreas Rio Branco/AC - Cruzeiro do Sul/AC - ida e volta por pessoa	30	R\$ 2.875,00	R\$ 2.697,33	R\$ 3.052,67	R\$ 86.250,00



Aluguel de caminhonete 4x4	90	R\$ 601,00	R\$ 581,11	R\$ 620,89	R\$ 54.090,00
Diária para entrevista em profundidade modelo grupo focal em reservas indígenas, extrativistas e assentamentos.	120	R\$ 100,00	R\$ 91,67	R\$ 108,33	R\$ 12.000,00
Diária para equipe audiovisual no acompanhamento nas visitas em comunidade indígenas, reserva extrativistas e assentamentos, incluindo alimentação, transporte terrestre e hospedagem (até 4 pessoas)	80	R\$ 100,00	R\$ 112,38	R\$ 87,63	R\$ 8.000,00
Diária para observação sistemática nos municípios	50	R\$ 100,00	R\$ 108,40	R\$ 91,60	R\$ 5.000,00
Diária para observação sistemática em reservas indígenas	50	R\$ 100,00	R\$ 102,40	R\$ 97,60	R\$ 5.000,00
Diária para observação sistemática em reservas de extrativismo	40	R\$ 100,00	R\$ 97,50	R\$ 102,50	R\$ 4.000,00
Diária para observação sistemática nos principais assentamentos rurais	50	R\$ 100,00	R\$ 99,00	R\$ 101,00	R\$ 5.000,00
Consultoria em valoração de ativos ambientais - Este profissional irá em conjunto com as outras áreas da pesquisa identificar o potencial econômico dos ativos ambientais gerados nas comunidades estudadas.	1	R\$ 59.950,00	R\$ 60.100,00	R\$ 59.800,00	R\$ 59.950,00
Contratação de fotógrafo para registro fotográfico de acompanhando as visitas in loco do estudo.	30	R\$ 1.000,00	R\$ 1.050,00	R\$ 950,00	R\$ 30.000,00
Locação de câmera fotográfica para equipe de pesquisadores	30	R\$ 650,00	R\$ 700,00	R\$ 600,00	R\$ 19.500,00
Aluguel de gravador modelo zoom H4N	30	R\$ 250,00	R\$ 240,00	R\$ 260,00	R\$ 7.500,00



Aluguel de microfone tipo lapela sem fio	60	R\$ 250,00	R\$ 266,67	R\$ 233,33	R\$ 15.000,00
Aluguel de iluminação para vídeo, painéis de LED	30	R\$ 350,00	R\$ 400,00	R\$ 300,00	R\$ 10.500,00
Contratação de cinegrafista	1	R\$ 22.500,00	R\$ 21.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 22.500,00
Contratação de Assistente de áudio e vídeo	30	R\$ 450,00	R\$ 433,33	R\$ 466,67	R\$ 13.500,00
Edição de vídeo edição de até 5 minutos com animação, legenda e lettering	3	R\$ 7.000,00	R\$ 6.633,33	R\$ 7.366,67	R\$ 21.000,00
Contratação de diretor para o vídeo documentário.	1	R\$ 24.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 24.000,00
Roteirização de vídeo/documentário - Especialista para criação do vídeo/documentário - o diretor do vídeo é responsável pela coordenação da equipe de audiovisual bem como pela direção conceitual e artística do produto final	1	R\$ 20.000,00	R\$ 18.900,00	R\$ 21.100,00	R\$ 20.000,00
Contratação de serviço de gravação.	100	R\$ 230,00	R\$ 229,00	R\$ 231,00	R\$ 23.000,00
Contratação de jornalista.	1	R\$ 36.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 34.000,00	R\$ 36.000,00
Contratação para criação e manutenção do site do projeto.	1	R\$ 12.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 11.000,00	R\$ 12.000,00
Contratação de gestor de redes sociais	12	R\$ 1.500,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.400,00	R\$ 18.000,00
Contratação de consultoria para análise, redação e revisão final do estudo, com profissionais das seguintes áreas: ciências sociais, engenharias, agronomia, economia e geologia.	12	R\$ 20.000,00	R\$ 19.416,67	R\$ 20.583,33	R\$ 240.000,00
Contratar serviço de revisão.	300	R\$ 50,00	R\$ 48,33	R\$ 51,67	R\$ 15.000,00



Contratação de diagramador.	400	R\$ 48,75	R\$ 52,50	R\$ 45,00	R\$ 19.500,00
Contratação de consultoria especializada para elaboração do plano de ação estratégico.	5	R\$ 20.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 19.000,00	R\$ 100.000,00
Contratação de equipe para realização das oficinas.	5	R\$ 24.000,00	R\$ 25.700,00	R\$ 22.300,00	R\$ 120.000,00
Contratação de editor de conteúdo.	1	R\$ 20.000,00	R\$ 22.100,00	R\$ 17.900,00	R\$ 20.000,00
Contratação de Diretor de Arte.	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.600,00	R\$ 14.400,00	R\$ 15.000,00
Contratação de diagramador.	1	R\$ 19.500,00	R\$ 21.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 19.500,00
Contratar serviço de impressão do livro (Tamanho capa: 25x30 cm (fechado) Tamanho miolo: 24,5x29 cm Orientação: Retrato Tipo de Capa: Capa Dura Tipo de Papel: Papel Couchê 90g/m <sup>2</sup> Cores: 4x4 Quantidade de Páginas: 150 páginas)	500	R\$ 178,00	R\$ 184,00	R\$ 172,00	R\$ 89.000,00

### 1.9 PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- Indicar os pré-requisitos mínimos necessários.

Exemplo: Prazo de Garantia igual ou superior a 01 (um) ano, sem custo adicional.

- Indicar as condições de entrega dos equipamentos, ou seja, como deverá ser essa entrega. Indicar, ainda, que a inadequação técnica dos equipamentos e/ou serviços entregues implicará em não pagamento.

- Este item não se aplica ao projeto, não teremos compra de equipamentos.

### 1.10 ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

- Indicar a responsabilidade pela administração e manutenção dos equipamentos.
- Caso os equipamentos sejam cedidos pelo proponente durante ou ao final do projeto, indicar o instrumento jurídico utilizado para a cessão.
- Este item não se aplica ao projeto, não teremos compra de equipamentos.

## 2. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

### 2.1 METODOLOGIA DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO



Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC), combinada com a Lei Federal nº 8.666/1993 (Lei das Licitações) e ainda legislações correlatas estaduais decreto nº 6.854 de 30 de dezembro de 2002.

A Planilha abaixo informa insumos e serviços com a metodologia de seleção e critérios de avaliação:

Itens	Metodologia	Critério de avaliação
Consultorias, serviços de transporte e comunicação	Contratação por meio de Termo de Colaboração, de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, (Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC), combinada com a Lei Federal nº 8.666/1993 (Lei das Licitações)	Critério de preço e técnica
Diárias	Procedimento administrativo nos termos do decreto estadual nº 6.854 de 30 de dezembro de 2002	Processo administrativo interno

### Metodologia:

O estudo interdisciplinar, ora proposto, dará ênfase em elaborar um robusto planejamento macro do desenvolvimento econômico do Estado do Acre, sempre baseado em evidências científicas e recursos à literatura técnica.

O estudo pretende reunir, analisar e associar informações estratégicas em relação aos principais setores da economia, suas principais variáveis e desvelar quais são as medidas pertinentes a serem adotadas para o aproveitamento máximo dos recursos, com a exploração racional das riquezas, a superação dos gargalos de desenvolvimento e a pertinente qualificação das pessoas e das empresas para o crescimento econômico, sempre em respeito ao meio ambiente, e em observância à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério do Desenvolvimento Regional e ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

Dois instrumentos metodológicos de coleta de informações serão utilizados no estudo. Serão rastreados, por especialistas nas áreas, os principais dados e indicadores em séries históricas de dados, fontes públicas e privadas, Federal e Estadual e indicadores oficiais de variáveis dos seguintes eixos temáticos: dados sociais (socioeconômicos, segurança pública, educação pública, saúde pública e dados gerais sociais, os mais atualizados e específicos), dados econômicos (finanças Estadual e municipais, infraestrutura, mercado, relações de comércio nacional e internacional e cadeias produtivas do Estado), dados territoriais (estrutura fundiária, reservas ecológicas, terras indígenas, extrativistas, dentre outras), dados de infraestrutura (estudo da infraestrutura existente e projetos em andamento, além da projeção de necessidades) e dados da produção (produção agropecuária, produção industrial, petróleo e gás, minérios e comércio interno e externo).

O segundo conjunto de instrumentos referem-se ao levantamento de dados primários. Haverá registro audiovisual durante a coleta de dados primários e a produção de um vídeo-documentário sobre a pesquisa, visitas orientadas com observação sistemática a dez municípios, segundo os eixos produtivos dos 22 existentes, as cinco principais reservas indígenas, três reservas extrativistas e três principais assentamentos



rurais.

Ainda, para o levantamento de dados primários, serão aplicadas 90 entrevistas em profundidade, com roteiro semiestruturado previamente definido e específico aos entrevistados: dirigentes de secretarias e autarquias estaduais ou seus representantes, membros-lideranças dos diversos setores econômicos das prefeituras municipais, integrantes do setor produtivo do Estado (empresários), instituições econômicas (Federações e Sistema S), pequenos, médios e grandes produtores rurais, empresas de agroindústria, empresários do setor mineral e extrativista, do setor do trabalho (trabalhadores) e sindicatos, do setor acadêmico e técnico do Estado, com lideranças indígenas, extrativistas e das reservas ecológicas.

Ainda, haverá a feitura de 26 grupos focais de pesquisa qualitativa com indígenas, habitantes das reservas extrativistas e dos assentamentos.

A pesquisa estudará algumas áreas consideradas prioritárias, procurando coletar dados secundários e confrontá-los com entrevistas e depoimentos de lideranças dos vários setores para, a partir da análise, estabelecer uma hierarquia das informações úteis e das aspirações dos diversos setores da economia do Estado.

O estudo intenta estabelecer parâmetros para o fortalecimento dos setores econômicos, de suas instituições sociais e do papel do Estado para a ampliação dos conhecimentos técnicos e das posturas a serem adotadas, visando a eficiência na geração de riquezas que redundem em trabalho e renda para os acreanos.

Serão apontadas, a partir da análise, as dificuldades e os gargalos a serem superados. Em várias áreas, é preciso estabelecer os parâmetros e as políticas de correção que devem ser adotadas. A metodologia de análise transdisciplinar de dados secundários e primários foi elaborada para fortalecer o hábito de trabalhar sempre a partir de um planejamento estratégico, planos setoriais, monitoramento e avaliação de políticas públicas, levando em consideração as especificidades da economia do Estado.

O estudo tem por objetivo metodológico agregar esforços em planejar ações concretas para o alcance de metas de progresso, que devem ser integradas em seus setores. O fito da investigação é auscultar os agentes dos principais setores da economia e da sociedade acreana, garantindo a ampla participação e a completa transparência dos processos de governança, de maneira a assegurar a devida incorporação dos resultados do estudo nos próximos Programas Plurianuais (PPAs) do Estado do Acre.

Faz parte das técnicas de coleta de dados a feitura de um mapa de oportunidades de investimentos e recursos governamentais e privados. Far-se-á um longo levantamento de projetos, programas e oportunidades de investimento e recursos disponíveis nos vários ministérios do Governo Federal.

Por fim, é preciso apontar que o estudo responderá a princípios a serem observados: incentivo à livre iniciativa, à qualificação das pessoas e à assistência técnica para um mercado livre e gerador de riquezas e empregos, em concordância com as estratégias consubstanciadas da PNDR do Ministério do Desenvolvimento Regional, no que concerne ao estímulo ao empreendedorismo, ao cooperativismo e à inclusão produtiva.

Portanto, o plano metodológico consiste em reunir estratégica e, logicamente, um conjunto exaustivo de dados, informações e indicadores primários e secundários capazes de subsidiar um grande planejamento da economia do Estado, com o objetivo de gerar riquezas e aproveitamento racional das riquezas naturais. Ao fim do estudo de dados baseados em evidências científicas, serão selecionados, com bases em critérios específicos e de potencialidades, cinco projetos de grupos econômicos distintos, para serem acelerados e qualificados para implementação com indicação de possibilidades de financiamento e aprimoramento técnico.



## 2.2 PRAZO DE EXECUÇÃO

*Período de 12 meses*

## 2.3 RESULTADOS ESPERADOS

O objetivo geral do estudo e das pesquisas propostas são o planejamento da economia do Estado do Acre, levando em consideração seus desafios, problemas e potencialidades. Como suporte haverá um mapeamento completo dos recursos estratégicos, públicos e privados, para o desenvolvimento do Estado, bem como a escolha de cinco projetos estratégicos a serem desenvolvidos e acelerados.

A partir de um amplo conjunto das informações coletadas e analisadas, considerando a riqueza de dados secundários e da coleta de opiniões, depoimentos e entrevistas, serão construídas sugestões técnicas de soluções para os principais problemas enfrentados e as descrições dos desafios para o desenvolvimento do Acre.

O estudo permitirá o estabelecimento de objetivos de desenvolvimento factíveis para os próximos anos, tendo em mente o fomento e apoio ao crescimento econômico, ao progresso e à geração de trabalho e renda e o respeito à preservação ambiental. Serão objetivos realistas a serem alcançados com o uso de instrumentos técnicos.

Haverá o levantamento de um amplo conjunto de dados fundamentais e estruturantes para o planejamento minucioso do crescimento do Estado e das cadeias produtivas mais importantes. Além disso, serão levantadas possibilidades de produção em reservas indígenas e unidades de conservação.

O produto final estabelecerá, como sugestões ao Governo Estadual, municipais e sociedade em geral, métodos, objetivos, metas e formas de gestão consistentes para o alcance do crescimento econômico, por meio do fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais, existentes ou potenciais, de forma a integrá-los a sistemas regionais, nacionais e internacionais.

O estudo, baseado em dados secundários e primários, intenta contribuir para fincar novas bases de desenvolvimento, em outros patamares compromissados com os valores da ética, do respeito às leis e às instituições, da garantia da liberdade e da democracia, da valorização do trabalho e da solidariedade e da eficiência das ações públicas, bem como da livre iniciativa e do respeito ao meio ambiente.

Ainda, de forma complementar, serão ouvidas em visitas, reuniões e entrevistas em profundidade, lideranças políticas e econômicas, formadores de opinião, professores, técnicos, empresários, trabalhadores, segmentos de funcionários do estado e de prefeituras, representantes de associações patronais, federações e associações ligadas à produção no Estado do Acre. Igualmente, haverá grupos focais, utilizando técnicas de pesquisa qualitativa, com parte da população indígena, ribeirinhos e produtores das reservas extrativistas. O intuito é identificar as possibilidades de produção e os gargalos a serem superados.

O estudo, de forma geral, pretende ser um espelho econômico para a gestão pública e privada, e tem como principais interlocutores e beneficiários a sociedade, o Governo do Estado, os governos municipais, o setor empresarial urbano e rural, as federações patronais e de trabalhadores, o Sistema S, os trabalhadores e os empreendedores em geral e, em especial, etnias indígenas e habitantes das reservas extrativistas.

## 3. GERENCIAMENTO DO PROJETO

**3.1 RESPONSÁVEL PELO PROJETO** *Indicar o responsável pela execução do projeto, bem como um substituto.*





GOVERNO DO  
ESTADO DO ACRE  
www.ac.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DE  
INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

*Nome do responsável: Ericsson Wisner Calixto da Mota*

*Função: Diretor de Planejamento*

*Órgão: Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia (SEICT)*

*Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1.782 - Bosque - Rio Branco/AC (68) 3215-4532*

*Telefone: (68) 9.9973-7493*

*E-mail: gabinete.seict@ac.gov.br*

*Nome do substituto: Auricélia da Silva Lopes*

*Função: Gestora de Convênio*

*Órgão: Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia (SEICT)*

*Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1.782 - Bosque - Rio Branco/AC (68) 3215-4532*

*Telefone: (68) 9.9920-1056*

*E-mail: aurylopes.2017@gmail.com*

#### 4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO


Para realizar o monitoramento e a avaliação do projeto, a Secretaria de Indústria, Ciência e Tecnologia criará um grupo de trabalho para acompanhar a implementação e a execução do convênio, incluindo contratações, execução, avaliação, lançamento dos produtos e prestação de contas.

Abaixo segue quadro de objetivos e indicativo de controle para monitoramento e avaliação.

OBJETIVOS	AFERIÇÃO
Realizar um amplo levantamento de dados secundários e dados primários por meio de pesquisa com roteiro semi estruturados, observações sistemáticas e grupos focais nos diversos setores econômicos do estado do Acre.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, registro de horas de trabalho.
Subsidiar com dados estratégicos o estado para o cumprimento dos principais objetivos e ações do Programa de Conservação da Sociobiodiversidade do Estado do Acre, instituído na Lei 2.308/2010 e alterações da Lei 3.462/2018.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, e o levantamento que contribuam para objetivos e ações do Programa de Conservação da Sociobiodiversidade do Estado do Acre, instituído na Lei 2.308/2010 e alterações da Lei 3.462/2018, e informações dos registro de horas de trabalho.
Estimular a formulação de planos e que proponha diretrizes para o crescimento econômico, em articulação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa relacionando as proposições e produtos que incentivem articulação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do



do Ministério do Desenvolvimento Regional.	Ministério do Desenvolvimento Regional no resultado final do estudo
Ouvir constantemente os agentes dos principais setores da economia e da sociedade acreana, garantindo a ampla participação e a completa transparência dos processos de governança durante o estudo.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, e o monitoramento quanto a participação da sociedade no processo e incluir nos relatórios finais registros com as devidas participações.
Assegurar a devida incorporação dos resultados do estudo ao PPA 2020- 2022 e nos próximos Programas Plurianuais (PPAs) do Estado do Acre.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa relacionando as proposições e produtos que comprovem a inclusão dos resultados do estudo ao PPA 2020- 2022 e nos próximos Programas Plurianuais (PPAs) do Estado do Acre.
Realizar um mapeamento completo dos recursos estratégicos, públicos e privados, para o desenvolvimento do Estado.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa no âmbito do objeto mapeamento dos recursos estratégicos, públicos e privado, e o registro de horas de trabalho.
Estimular a criação de novas bases de desenvolvimento, em outros patamares compromissados com os valores da ética, do respeito às leis e às instituições, da garantia da liberdade e da democracia, da valorização do trabalho e da solidariedade e da eficiência das ações públicas, bem como da livre iniciativa e do respeito ao meio ambiente.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, registro de horas de trabalho. E a inclusão nos relatórios finais
Tornar-se um espelho econômico para a gestão pública e privada, e tem como principais interlocutores e beneficiários a sociedade, o Governo do Estado, os governos municipais, o setor empresarial urbano e rural, as federações patronais e de trabalhadores, o Sistema S, os trabalhadores e os empreendedores em geral e, em especial, etnias indígenas e habitantes das reservas extrativistas.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, registro de horas de trabalho para os temas relacionados ao objetivo descrito. E a inclusão nos relatórios finais





Garantir que o estudo identifique os potenciais setores ligados a bioeconomia de modo a ampliar as alternativas de desenvolvimento para o Estado do Acre.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, registro de horas de trabalho para os temas relacionados ao objetivo descrito. E a inclusão nos relatórios finais
Criar critérios de observância e associação ao estudo à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério do Desenvolvimento Regional e ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa relacionando as proposições e produtos que comprovem a inclusão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério do Desenvolvimento Regional e ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) nos resultados do estudo. E a inclusão nos relatórios finais
Contribuir para subsidiar o estado com informações que amplie a sua atuação em modelos alternativos econômicos de setores portadores de tendências sociais e econômicas do futuro, a exemplo a bioeconomia.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, registro de horas de trabalho para os temas relacionados ao objetivo descrito. E a inclusão nos relatórios finais
Contribuir com o avanço de políticas de serviços ambientais e de proteção e conservação dos recursos naturais inclusive nas regiões de fronteira.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, registro de horas de trabalho para os temas relacionados ao objetivo descrito.
Realizar estudo analítico com o potencial de valor econômico de ativos ambientais.	Produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, registro de horas de trabalho para os temas relacionados ao objetivo e a inclusão nos relatórios finais.
Realizar seleção e a capacitação de técnicos para a aplicação da pesquisa, e com isso contribuir com a treinamento profissional deste setor no estado.	Acompanhar e validar a contratação e a seleção e realizar produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, registro de horas de trabalho para cumprimento deste objeto e a inclusão nos relatórios finais



Realizar seis oficinas de trabalho com técnicos do estado, representantes do setor produtivo e comunidades para alinhamento, revisão e contribuições na elaboração final dos subprodutos e produto.	Acompanhar e validar as propostas de oficinas e realizar produção de relatórios de meio-termo sobre o andamento da pesquisa, registro de horas de trabalho para cumprimento deste objeto. Garantir a participação social na revisão dos produtos e a inclusão nos relatórios finais
Criar e alimentar site e redes sociais com conteúdos da pesquisa, notícias e artigos.	Acompanhar a contratação e a produção dos conteúdos para a produção de relatórios de meio-termo relativos a comunicação do projeto e realizar o registro de horas de trabalho e a inclusão nos relatórios finais
Realizar um amplo registro audiovisual do estudo.	Acompanhar a contratação e a produção dos conteúdos de audiovisual produção de relatórios de meio-termo relativos a comunicação visual do projeto e realizar o registro de horas de trabalho e a inclusão nos relatórios finais
Realizar um vídeo documentário da pesquisa.	Acompanhar a contratação e a produção dos conteúdos para a produção de relatórios de meio-termo relativos edição e direção do vídeo - produto do projeto e realizar o registro de horas de trabalho e a inclusão nos relatórios finais
Publicar no site do projeto relatório final científico e analítico do estudo realizado.	Garantir a publicação do relatório no site do projeto e em outras mídias do estado e a inclusão nos relatórios finais
Publicar nas redes oficiais do estado o Plano estratégico de impulsionamento econômico e social do estado do Acre (2022 a 2032).	Garantir a publicação do relatório no site do projeto e em outras mídias do estado e a inclusão nos relatórios finais
Publicar um livro com textos e imagens com resultado do estudo em português.	Acompanhar a contratação e a produção dos conteúdos para livro e realizar a produção de relatórios de meio-termo relativos edição do livro do projeto e realizar o registro de horas de trabalho a inclusão nos relatórios finais



Publicar no site do projeto resumos executivos do estudo em inglês e espanhol.	Acompanhar a contratação e a produção dos conteúdos em inglês e espanhol e realizar a produção de relatórios de meio-termo relativos quanto a publicação no site e realizar o registro de horas de trabalho e a inclusão nos relatórios finais
Incluir o livro na loja internacional Amazon para download gratuito para todos os cidadãos do mundo.	Garantir que o livro seja publicado na Amazon incluir as informações no relatório final.

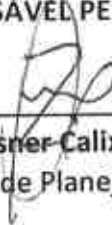
4. RECURSOS FINANCEIROS 5.1

QUADRO DE VALORES E FONTES


FONTE	VALORES		
	INVESTIMENTO	CUSTEIO	TOTAL
Governo Federal			
Conveniente			
Total Geral			

Rio Branco, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

  
Erisson Wisner Calixto da Mota  
Diretor de Planejamento

De acordo, -- / / 2020.

  
Anderson Abreu de Lima  
Secretário de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia- SEICT